

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: AM - Desmatamento
 Data 07.11.76 Pg.: 44 ADE0002

Devastação cresce na Amazônia

PAULO R.C. GOMES*
Enviado Especial

O Território de Rondônia e o Estado do Acre perderam, este ano, quatro por cento de suas florestas. Embora esta seja, por enquanto, uma estimativa geralmente aceita pelos técnicos, mostra que a aceleração do desmatamento na Região Norte vem se processando em progressão geométrica nos últimos três anos. Rondônia e Acre que, juntos, têm cinco por cento do território brasileiro (395.633 quilômetros quadrados) desmataram, em 1974, um por cento de suas áreas. No ano seguinte as derrubadas corresponderam a dois por cento dessas regiões.

Calcula-se que toda a Amazônia já tenha perdido, desde 1973, cinco por cento de sua cobertura florestal. Esse ritmo de ocupação descontrolada tem produzido constantes alertas de cientistas, preocupados com o futuro da última grande reserva florestal do mundo. Para os que consideram urgente a integração da região ao processo de desenvolvimento do País, a floresta amazônica sofreu, até agora, "apenas um arranhão". E assim é. Só que, nas proporções amazônicas, o arranhão corresponde ao desmatamento de uma área equivalente a uma vez e meia o Estado de São Paulo. E esse gigantismo que lança o desafio: Como desenvolver essa imensa região, sem provocar desequilíbrios ambientais?

O MODELO

Após o reconhecimento malgrado da colonização do INCRA ao longo das estradas amazônicas, a política de ocupação da região concentrou-se nos grandes projetos agropecuários. Embora a vocação da Amazônia não possa ser definida numa única atividade econômica, confia-se na pecuária como o principal agente de ocupação e integração da Região Norte. O gado é a linha de frente e, como gostam de dizer os economistas, a integração se processa "pela pata do boi". Atrás dele deverá vir a agricultura, atividade realmente capaz de fixar o homem à terra.

O modelo econômico para a região — com base na agropecuária estimulada oficialmente e entregue à iniciativa particular — está calcado na experiência sulista, que ocupou e colonizou o oeste paulista, o sul de Mato Grosso, o norte do Paraná, onde hoje não existem mais florestas originais. A exportação dessa experiência para uma região que ocupa dois terços do País, de solos na maioria pobres que se sustentam basicamente na cobertura florestal, de clima diferente e ainda não suficientemente estudado, tem provocado uma série de advertências. Críticas se principalmente a velocidade da ocupação indiscriminada e o conseqüente ritmo do desmatamento, sem o indispensável apoio da investigação científica. O próprio ministro Alysso Paulinelli, da Agricultura, admite que na Amazônia a devastação chega à frente da pesquisa. "Estamos atrasados em pesquisa na Amazônia — disse Paulinelli — mas estamos tentando recuperar o atraso".

Para muitos técnicos, inclusive da esfera governamental, a ocupação da Amazônia está a requerer uma definição política que leve em conta a vocação dos solos e a exploração racional da flora e da fauna. A experiência da Transamazônica é o exemplo que mais evidencia essa necessidade. Aberta, por assim dizer, "de improviso" ela não está tendo condições de consolidar a economia regional. Agora, as atenções se voltam para a Cuiabá-Santarém, recentemente inaugurada, e já sujeita à intensa ocupação de suas faixas marginais. As próximas a serem construídas serão a Manaus-Caracará e a Perimetral Norte. Hoje, a Amazônia tem 15 mil quilômetros de rodovias e também por elas a destruição chega à frente da ocupação racional.

Um dos mais persistentes defensores da integração lenta e racional da Amazônia é Camillo Viana, médico e "ecologista pela prática", presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e dos Valores Culturais — Sopren — única entidade desse tipo no Pará. Ele diz: "Desde 1953, ao tempo da antiga Espevea, mais de quatro bilhões de cruzeiros foram investidos, sob a forma de incentivos fiscais, para a chamada integração da Amazônia, que até o momento não passou de uma série de tentativas". Cita como exemplo típico e mais antigo a experiência da Ford Plantation na década de 30 (Cia Ford Industrial do Brasil) que cogitou de produzir borracha sem os necessários estudos prévios de viabilidade.



Derrubada e queima, o método tradicional de ocupar a Amazônia

A velocidade da ocupação prejudica o meio ambiente

Warwick Estevam Kerr, presidente do Inpa, Instituto de Pesquisas Amazônicas, outro especialista que se preocupa com a manutenção do equilíbrio ecológico da região, observa que a urgência na ocupação não pode vir em detrimento do meio ambiente. Ele não nega que a integração econômica é necessária, mas observa: "Para que a pressa?"

Muitos técnicos partilham dessa opinião e observam que as vocações amazônicas se definirão no devido tempo. Acelerar esse processo é aumentar as possibilidades de erro. Warwick Kerr comprovou que, por volta do dia 10 de setembro último, 300 grandes queimadas podiam ser observadas do ar, entre Porto Velho e Pimenta Bueno. Uma delas, garante, cobria uma área de 529 quilômetros quadrados (23 por 23 quilômetros). E ao observar que o desmatamento em Rondônia, este ano, foi maior do que no Acre, (entre 3 a 4 por cento desses territórios) o presidente do Inpa defende o aceleramento das pesquisas a nível nacional, para, pelo menos, acompanhar o ritmo da ocupação.

O ALERTA

Talvez a advertência mais insistentemente repetida nos últimos anos seja a de que a Amazônia se transformará num deserto se a devastação não for contida. O alerta ganhou dimensão internacional depois que dois cientistas norte-americanos, Robert Goodland e Howard Irwin, publicaram o livro *A Selva Amazônica: do Inferno Verde ao Deserto Vermelho*. A obra apenas acirrou a polêmica em torno do assunto.

Professor Mário Guimarães Ferri, do Instituto de Biociências da USP: "É preciso desacelerar o processo de ocupação da Amazônia, até que se possa descobrir os meios mais adequados à exploração da área." Camillo Viana: "Fala-se que a Amazônia sofreu apenas um arranhão. Não interessa discutir o quanto já foi destruído, mas o acerto da manutenção do sistema predatório." Burle Marx, paisagista: "Os fazendeiros de deserto estão devastando a Amazônia, repetindo o que ocorreu no norte do Espírito Santo onde, em menos de 30 anos, destruíram a floresta do Rio Doce." Warwick Kerr: "É preciso que na Amazônia o processo de colonização seja feito de maneira racional, lenta, gradual e segura, caso não desejemos transformar a região num imenso deserto." Geógrafo Orlando Valverde, do IBGE: "O que está ocorrendo é o desmatamento puro e simples da região, que será transformada em vasta pastagem, o que favorecerá a erosão do solo." Orlando Villas Boas, sertanista: "A Amazônia está sendo transformada num extenso capinzal." Arnie Sucksdorf, cinegrafista sueco: "A dizimação da fauna amazônica determinará, a médio prazo, o desaparecimento de espécies sequer estudadas."

Nos últimos anos não faltaram especialistas a prever o fim da floresta amazônica para dentro de 30, 25 ou mesmo 15 anos, se o ritmo do desmatamento for mantido, advertência endossada pelo secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, um técnico normalmente moderado em suas declarações e previsões. Ele previu o fim da imensa reserva florestal nos próximos 25 anos quando, em agosto de 1975, visitou a região e ficou impressionado com a escala da devastação. Em fevereiro de 1974, um técnico da Unesco, Michel Batisse, observava: "Os erros que têm sido cometidos na Ama-

zônia são imensos, mas, felizmente, a região também é grande o suficiente para suportar as conseqüências ecológicas de alguma falta de planejamento para a sua colonização." Os preservacionistas perguntam: "Mas até quando a Amazônia suportará?"

OS MITOS

Inferno Verde. Deserto Vermelho. Pulmão do mundo. Celeiro do planeta. Os cientistas que conhecem mais de perto a realidade amazônica procuram rebater tanto as previsões otimistas sobre a região, quanto as excessivamente pessimistas.

Alertar é preciso, para que a ocupação se faça o mais racionalmente possível, com um mínimo de prejuízo para o meio ambiente. Mas a radicalização com que o problema é geralmente tratado — ou celeiro ou deserto — constitui evidente exagero. Esse exagero pode ser atribuído a uma certa dose de emoção com que não só os brasileiros, mas o mundo, olha para a última grande reserva florestal contínua do planeta.

Uma região que não poderá abastecer o mundo de grãos porque 90 por cento de seu solo é pobre e, segundo o projeto Radam, não se presta à agricultura. Ainda assim, uma área que possui quatro por cento de solos de primeira qualidade o que, como observa o ministro Paulinelli, é mais do que as terras roxas ora cultivadas no País (aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados). Uma imensa floresta que não é pulmão senão de si própria, já que consome 99 por cento do oxigênio que produz; que concentra 20 por cento da água doce disponível no mundo, num complexo sistema hidrográfico que até pouco tempo, antes da pesquisa do Radam, escondia dos cartógrafos um rio de 400 quilômetros de extensão. Uma região muito rica em vida vegetal e animal, não obstante venha sendo submetida à predação sistemática, cuja ocupação orientada em

bases científicas, com apoio da tecnologia, poderá contribuir para aliviar a pressão demográfica e a perspectiva da fome, crescentes em escala mundial. Para a Amazônia, ainda há tempo para planejar e evitar a degradação ambiental. E, mais que isso, evitar os desperdícios.

O DESMATAMENTO

No início do século, as florestas cobriam 3,5 milhões de quilômetros quadrados, dos cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal. Em 1973, a cobertura florestal havia sido reduzida em 24 por cento. Restavam 2,7 milhões de quilômetros quadrados de florestas, correspondentes a 32,08 por cento do território brasileiro. Sem a Amazônia, o País seria pobre em florestas. Nesse mesmo ano, somente os projetos agropecuários instalados no sul do Pará com incentivos fiscais derrubavam 183.253 hectares. No ano seguinte, os desmatamentos autorizados na mesma região somavam 414.849 hectares. Neste ano, acredita-se que a área desmatada seja superior a 800 mil hectares.

Nos primeiros oito meses deste ano a delegacia regional do IBDF em Mato Grosso autorizou a derrubada de 838.174 hectares de florestas no Estado, mas o próprio titular do organismo, Paulo Benedito Siqueira, acredita que, somados os desmatamentos clandestinos, esse total chegue a um milhão de hectares. No Acre, onde é grande a procura de terras, derruba-se inclusive castanhas e seringueiras. Os cacauais de Obidos, Alenquer e Santarém, no Pará, estão reduzidos a 30 por cento. A riqueza madeireira raramente é aproveitada. Dos quatro milhões de metros cúbicos de madeira retirados oficialmente das matas do Pará em 1974, somente 570.333 metros cúbicos foram aproveitados comercialmente, o que significa que 75 por cento das árvores — muitas de alto valor comercial — foram simplesmente destruídas.

Madeira é quase sempre destruída

Os 335 projetos agropecuários aprovados pela Sudam — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — ocupam uma área total de 7,86 milhões de hectares. A metade dessa área deve ser preservada, por exigência legal. Se apenas metade da madeira contida nos 3,93 milhões de hectares destinados à derrubada fosse aproveitada e comercializada no exterior, o País ganharia 314 milhões de dólares, considerando-se a ocorrência média de 80 metros cúbicos de madeira por hectare, ao preço médio de 10 dólares o metro cúbico. O cálculo demonstra que a simples destruição da floresta para instalação de fazendas de pecuária não é uma solução econômica.

Os 335 projetos da Sudam representam um investimento de 5,201 bilhões de cruzeiros — 1,624 milhão já liberado — basicamente para a criação e manutenção de um rebanho de corte de cinco milhões de cabeças até 1984.

O aproveitamento comercial da madeira presente nesses 3,93 milhões de hectares destinados à agropecuária poderia financiar a maior parte desses projetos, mesmo considerando que a região, conhecida no sul do Pará como mata de cipóal, não é muito rica em espécies nobres, que está longe dos mercados consumidores e dos corredores de exportação e que a tecnologia de exploração madeireira em florestas heterogêneas é deficiente.

O contrasenso de destruir uma riqueza de aproveitamento imediato — a floresta — para geração de novas riquezas a médio prazo levou a Sudam a exigir, em 1974, que os projetos agropecuários se associassem a projetos madeireiros. Ou pelo menos que esses projetos instalassem serrarias, ainda que pequenas, para o aproveitamento parcial da madeira antes abandonada. Recentemente, uma resolução da Sudam (25-25) impe-

diu a instalação com incentivos fiscais de projetos agropecuários em áreas de floresta densa.

Mas o projeto agropecuário é apenas um dos agentes do desmatamento. Além das derrubadas feitas por colonos que procuram a Amazônia em número crescente, as empresas madeireiras, de reflorestamento, e de exploração de minérios, contribuem com sua parte. E a isso se soma a ação dos projetos de colonização e os projetos rodoviários.

O método tradicional de derrubar e queimar — e depois queimar anualmente o pasto — continua sendo empregado tanto pelo colono, sem maiores recursos que planta sua lavoura de subsistência, quanto pelas poderosas empresas agropecuárias. Rompido o equilíbrio ecológico com a derrubada da mata, a queimada funciona como uma injeção de estimulante num organismo já condenado. O extraordinário viço do capim pode durar até mais de cinco anos, com algum trato. Mas depois disso, a pastagem estará condenada e dá a vez às pragas. Para combatê-las, utiliza-se toda uma gama de pesticidas. Não se cogita da utilização de corretivos do solo: o custo é proibitivo. A produtividade cai verticalmente. A natureza cobra o seu preço, principalmente porque os custos ambientais não foram avaliados.